

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14934 - Resumo Expandido - Trabalho - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado, Política e Gestão da Educação Básica

ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ESCOLA LICEU MESTRE RAIMUNDO CARDOSO

Michelle Costa Tapajós - UFPA-PPEB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

José Bittencourt da Silva - UFPA - Universidade Federal do Pará

ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ESCOLA LICEU MESTRE RAIMUNDO CARDOSO

Resumo: Este texto apresenta resultados de uma pesquisa acadêmico-científica em nível de mestrado. Aborda as Escolas Cívico-Militares implantadas no âmbito do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares no Brasil, analisando elementos pertinentes à sua institucionalização, seus padrões comportamentais e formativos de natureza militar, os quais incorporam não apenas as diretrizes disciplinares, mas também a presença ativa de profissionais militares em seu cotidiano. Para tanto, além de levantamento bibliográfico e documental, optou-se por realizar pesquisa de campo, focalizando a experiência vivenciada pela Escola Liceu Mestre Raimundo Cardoso. O desenvolvimento deste estudo se enquadra numa abordagem qualitativa, com a utilização das técnicas de entrevista e análise documental mediada pela teoria. Os resultados obtidos revelam que este tipo de transformação na escola provoca mudanças substanciais, tanto no âmbito pedagógico-curricular quanto no contexto da gestão institucional. Essas mudanças são impulsionadas pela incorporação de rotinas e regulamentos de caráter militar, assim como pela presença influente de membros das forças armadas, fazendo do ambiente educacional um espaço autoritário, sufocando o diálogo e a democracia essenciais ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Palavras-chave: Escola Cívico-Militar, Escola Liceu Mestre Raimundo Cardoso, Militarização de escolas públicas

INTRODUÇÃO

O programa nacional de escolas cívico-militares – Pecim, instituído pelo Decreto Presidencial nº 10.004 (Brasil, 2019), constitui-se na base normativa que institucionalizou a proposta de militarização das escolas públicas brasileiras, com um discurso voltado ao ideário de desenvolvimento integral dos alunos, da qualidade da gestão e do ensino na escola básica pública do Brasil e do combate à violência.

Nossa pesquisa apresentou o objetivo de analisar como o processo de implantação do Pecim interfere na configuração do ensino e do ambiente escolar onde se instala, focalizando a experiência vivenciada pelo Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso, espaço vinculado a Prefeitura Municipal de Belém, Pará. Apresentando como objetivos específicos: conhecer o processo de implantação do programa no Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso; discutir a justificativa apresentada a comunidade escolar para a transformação deste espaço em Ecim, e;

analisar as alterações na rotina escolar ocasionadas pela implantação do Pecim com base no modelo de gestão compartilhada implementada.

A materialização da militarização das escolas públicas, incluindo o formato de organização implementado como política nacional – a escola cívico-militar –, decorre do alinhamento do movimento neoliberal ao neoconservador, como forma de reestruturação do sistema social capitalista, em meio às crises que são inerentes a sua constituição (Silva, 2021). Para Lacerda (2019, p. 58),

O neoconservadorismo é um movimento político que forjou um ideário privatista (defende o predomínio do poder privado da família e das corporações), antilibertário (a favor da interferência pública em aspectos da vida pessoal), neoliberal (contra a intervenção do Estado para a redução das desigualdades), conservador (articula-se em reação ao Estado de bem-estar, ao movimento feminista e LGBT) e de direita (se opõe a movimentos reivindicatórios que buscam maior igualdade de direitos).

As escolas públicas militarizadas se propõem a formar sujeitos moldados a se submeterem ao sistema vigente, retirando de sua formação a possibilidade de contestação, atendendo aos interesses das classes dominantes (Veiga, 2020). Além de não garantirem os princípios da gestão democrática estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica de 1996 (Martins, 2019).

METODOLOGIA

O movimento inicial da pesquisa foi a apropriação do arcabouço teórico constituído na área para a formação de um esquema conceitual, que serviu de base para orientar a pesquisa de campo. Realizando-se a partir da revisão de literatura o aprofundamento do estudo das categorias teóricas militarização das escolas públicas, neoliberalismo, neoconservadorismo e escola cívico-militar.

Assim, partiu-se para o lócus fornecedor do *corpus* empírico, que foi o espaço educativo Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso, no qual, a partir de uma pesquisa de campo qualitativa (Bogdan e Biklen, 1994). Adotando-se como método o materialista histórico-dialético para conduzir essa investigação, a fim de compreender as leis do fenômeno a ser investigado. A coleta de dados foi realizada a partir da realização de entrevistas com os sujeitos educacionais do espaço pesquisado e da análise dos documentos norteadores da política (Cellard, 2008).

RESULTADOS

A conjuntura política que propiciou a implementação das escolas cívico-militares em nível nacional, a partir da criação do Pecim, por meio de um decreto presidencial, tem ligação com um movimento de guinada à direita, que se constituiu desde as eleições de 2014, marcada pela vitória de representantes mais conservadores para compor a Câmara dos Deputados

Federais. A 55ª Legislatura (2015-2018) marcou a constituição das bancadas conhecidas pela sigla ‘BBB’ (boi, bala e bíblia) que, apesar de se aglutinarem em diversas frentes parlamentares, apresentaram alinhamento aos preceitos neoconservadores (Lacerda, 2019).

Esse coletivo participou ativamente do Golpe Parlamentar instituído em 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff (PT) e, posteriormente, com o início da gestão de Michael Temer (MDB), ajudou a promover o desmonte neoliberal e neoconservador das políticas públicas brasileiras. Esse cenário não mudou com o resultado das eleições ocorridas em 2018, que culminou com a vitória nas urnas de um representante que, utilizando o slogan inspirado no Movimento Integralista de 1930, “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, assumiu uma prática de governo de acirramento do desmantelamento das conquistas sociais pós-redemocratização, e marcou a militarização da sociedade e das esferas públicas federais.

A partir desse movimento político nacional, em contexto local belenense, sob a gestão municipal de representantes da direita política há mais de uma década, foi realizado movimento para adesão ao programa nacional de militarização de escolas públicas, em momento de final de mandato, parecendo bem oportuno para a campanha de um sucessor ao cargo.

O Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso é uma unidade de ensino componente da Rede de Unidades Educacionais para o Desenvolvimento Sustentável (Belém, 1996), criada em 1996 pela Prefeitura Municipal de Belém. Precisamente, a escola ligou-se historicamente à conjuntura ideológica hegemônica do desenvolvimento sustentável dos anos de 1990 e implementada dentro dessa perspectiva pelos agentes governamentais do município de Belém no âmbito da Secretaria de Educação. Em que pese seu viés elitista, criado a partir da ‘cabeça pensante’ de certas pessoas, o Liceu foi assimilado pelos múltiplos sujeitos educacionais como um importante elemento da cultura local, fortemente ligado a produção ceramista, apresentando uma estrutura física grandiosa para os padrões tradicionais das escolas belenenses atuais.

A partir da adesão ao PECIM ocorrida em 2020, o Liceu passou a contar com a gestão administrativa, educacional e didático-pedagógica baseadas nos modelos adotados pelos Colégios Militares (Brasil, 2019), conforme preconizam os marcos regulatórios que embasam a referida política educacional. Contudo, esses modelos possuem um conjunto de normas e regras bem rígidas, construídos a luz da pedagogia militar, ocasionando uma adequação do perfil de estudantes, que necessitam seguir as normas estabelecidas em seus regulamentos, indo de encontro aos princípios da gestão democrática e de pluralismo de ideias constitucionalmente estabelecidos (Mendonça, 2020).

As Ecim se constituem em espaços que incluem em suas rotinas, militares da reserva, com o objetivo de promover um ensino pautado na obediência, valores morais e patriotismo, alinhados aos preceitos da caserna. Pode-se aferir que o Pecim se constituiu numa política educacional neoconservadora, por tanto oposta a políticas de investimentos sociais, todavia se

apoia no discurso de ser a solução para resolver situações de violência nas escolas, que é reflexo do aumento das desigualdades sociais. Uma contradição evidente.

A forma de implantação do Pecim nas escolas públicas, como pode-se observar na experiência vivenciada pelo Liceu, ocorreu de forma impositiva, acompanhando o próprio movimento de instituição do programa nacional, que não contou com amplo debate entre os educadores brasileiros e a sociedade civil, foi simplesmente imposto por um decreto presidencial. A falta de diálogo se apresenta como um problema a ser superado na proposição de políticas públicas, refletindo-se também na forma como essas políticas são executadas. O movimento empreendido promove um distanciando para a implementação da gestão democrática nos sistemas de ensino, fazendo parte de ações que são intencionais e marcam um movimento de proposição de um projeto societário reacionário.

Dentre as principais justificativas apresentadas pelos defensores do Pecim, o combate à violência no interior das escolas foi a principal defesa para a implantação do programa neste espaço educativo. Porém, compreende-se que a violência manifesta no cotidiano escolar, que no caso da escola pesquisada se materializava em brigas entre alunos e assaltos dentro do espaço, são reflexo dos problemas sociais vivenciados pela sociedade na qual está inserida e que, da forma como está organizada, a partir da exclusão e discriminação, marginaliza parte da sociedade que mais sofre os efeitos das ações de um Estado neoliberal e neoconservador.

A presença e a adoção de preceitos militares na rotina escolar acabam por punir adolescentes e jovens de periferias, como o caso dos alunos e das alunas atendidas pelo Liceu, que se encontram em um bairro com um dos piores índices sociais de sua microrregião. Esse punitivismo, que marca as Ecim, está alinhado ao movimento neoconservador de criminalização da pobreza e da militarização da sociedade.

Assim, as normatizações de padronização de comportamento, vestimentas e disciplina imputadas aos alunos do Liceu foram questionadas ao longo da experiência vivenciada por essa escola no formato de escola cívico-militar, gerando conflitos quanto à discrepância entre a natureza das escolas públicas brasileiras – firmada após as conquistas sociais do período de redemocratização e continuamente buscadas pelos programas e metas educacionais, pelo menos até o período do golpe de 2016 –, e entre as ideologias defendidas pelo sistema militar brasileiro, embasadas no conservadorismo, anticomunismo e patriotismo.

De certa forma, a presença de mais pessoas para auxiliar na rotina dos espaços educativos, que na escola pesquisada passou a contar com 14 militares que exerciam a função de inspetoria, pode ser vista como positiva, entretanto, cabe o questionamento quanto aos custos gerados, pois a remuneração desses militares da reserva que passaram a integrar o Pecim, sofreu um acréscimo de cerca de 30% em cima de seu salário inicial, sendo provinda de verbas destinadas à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após serem implantadas, as escolas cívico-militares se materializam como espaços que modelam comportamentos a partir da adoção de normatizações militares, retirando da rotina escolar a construção de uma educação a partir do diálogo, portanto, democrática. De fato, essas escolas têm instituído um ambiente autoritário e disciplinador, porém não são aceitas sem resistências.

Apesar de haver um discurso de que a implementação do Pecim não alteraria o fazer pedagógico das instituições transformadas em Ecim, na prática pode-se confirmar o que as teorias já apontavam: a adesão ao programa provoca nas escolas mudanças em seu projeto formativo, devido ao ajuste às normas de conduta militares e à ação de militares em suas atividades.

Os embates que passaram a ser travados dentro do espaço escolar pesquisado, principalmente entre professores e direção com os militares que ali adentraram, são, na prática, a constatação da guerra cultural que tem sido travada na sociedade brasileira nos últimos anos, agravada no governo Bolsonaro, em que os educadores são taxados pelos neoconservadores de serem “doutrinadores comunistas” ao realizarem sua função de formar criticamente os alunos e as alunas de escolas públicas.

A partir da análise embasada nos relatos produzidos durante a pesquisa, ficou demonstrada a forma impositiva como se delineou o processo de transformação do Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso em ECIM, bem como os conflitos gerados por essa alteração na proposta pedagógica da instituição. Assim, podemos asseverar que a adesão pela prefeitura municipal de Belém ao PECIM e a escolha deste espaço para institucionalização dessa política educacional pode ter se dado por interesses políticos, provavelmente ligados ao contexto do pleito municipal que se avizinhava, e utilizado como estratégia para explorar o movimento (neo)conservador que emergiu nacionalmente e, que também, poderia encontrar espaço na sociedade belenense.

REFERÊNCIAS

- BELÉM. **Caminhos da Educação**. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1996 (Série Planejamento n. 3).
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. 1. ed. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. **Decreto Nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília: 2019.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos**. Petrópolis - RJ: Vozes, p. 295 – 316, 2008.
- LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.
- MARTINS, A. A. Sobre os dias atuais: neoconservadorismo, escolas cívico-militares e o

simulacro da gestão democrática. *RBP*, v. 35, n. 3, p. 689 - 699, set./dez. 2019.

MENDONÇA, E. F. Direita, volver! A onda conservadora e a militarização de escolas públicas. In: DOURADO, L. F. (Org.). **PNE, políticas e gestão da educação: novas formas de organização e privatização**. (Meio Eletrônico) - Brasília: Anpae, 2020.

SILVA, T. E. M. da. **Restauração conservadora na educação: um estudo sobre o projeto das escolas cívico-militares no Brasil**. 2021. 137f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2021.

VEIGA, C. H. A. **Militarização de escolas públicas no contexto da reforma gerencial do Estado**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2020.